

# DIALOGO NAS *HISTÓRIAS* DE HERÓDOTO ENTRE TEORIA E PRAXIS POLÍTICA. TIRANIA E DEMOCRACIA: CONTRASTES E SEMELHANÇAS\*

Carmen Soares\*\*

## **Resumo:**

*Focando a nossa atenção nas duas grandes faces sociopolíticas do exercício do “poder” (arche) na Grécia antiga, que são a “liberdade” (eleutheria) e a “servidão” (douleia), vamos questionar qual a posição de Heródoto sobre as “formas de atuação política” (pragmata) consideradas genericamente como regimes opostos, a saber: o “governo de um só” (em grego, por essa razão, denominado **monarchia**) e o “governo das massas ou do povo” (celebrizado no termo **demokratia**). O objetivo do meu estudo será, por conseguinte, demonstrar que Heródoto descreve vários episódios em que se verifica precisamente o inverso, isto é, que o governo de um só lierta, e o governo das massas subjuga.*

**Palavras-chave:** Heródoto; teorização política; práticas políticas; tirania / democracia; servidão / liberdade.

## **1. Pontos prévios**

Antes de iniciar o estudo sobre teoria e prática política em matéria de tirania e democracia, importa clarificar aspetos que considero pressupostos da reflexão que encetarei, a saber:

- 1- justificação do *interesse social* (leia-se da “utilidade para as sociedades atuais”) de continuarmos a estudar uma história com vinte e seis séculos: essa *pertinência* tem sido admitida por estudiosos

---

\* Recebido em 04/11/2013 e aceito em 10/12/2013.

\*\* Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (UC). Investigadora do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da UC.

dos mais conceituados da historiografia herodotiana, que alertam para o fato de, no *subtexto* da obra, podermos ler alusões a um *presente indeterminado* (o tempo do *nós*, os leitores dos séculos subsequentes à sua composição – cf. CONNER *apud* RAAFLAUB, 2002, p. 179-180). Em suma, estudamos um passado que enriquece o diálogo com o presente histórico em que vivemos.

- 2- A busca dos sentidos que os conceitos (neste caso os regimes políticos) têm deve ser um exercício despojado de *pré-conceitos*, isto é, de toda uma longuíssima herança cultural (que se iniciou na época do autor estudado e chega aos nossos dias). Assim, a atitude do investigador perante noções como as de Monarquia, Tirania e Democracia, nas **Histórias** de Heródoto, nunca poderá *partir de ideias feitas*, mas sim *resultar em ideias feitas a partir* do próprio texto e seus contextos.

## 2. Tirania e democracia: dois regimes políticos opostos

No célebre episódio do Livro III (caps. 80-82), mais conhecido por “Diálogo dos Persas”, o historiador oferece ao seu público, sob a forma de diálogo, uma apresentação dramatizada sobre os conceitos que nos interessa rastrear.<sup>1</sup> Não iremos, como já fizemos noutras ocasiões, proceder a um comentário exaustivo do passo, mas sim recorrer às considerações teóricas que ajudam a formar uma opinião mais fundamentada sobre as visões plúrais que o autor produz sobre os dois regimes que temos sob análise.<sup>2</sup>

Comecemos, precisamente, por atestar que o texto herodotiano não deixa qualquer dúvida sobre o fato de os regimes em apreço serem considerados, *lato sensu*, opostos. Assim os apresenta Otanes, o primeiro dos nobres persas a tomar a palavra no debate constitucional do Livro III. Aliás, admitindo nós, juntamente com outras vozes (PELLING, 2002), que este debate reflete opiniões que circulariam nos meios cultos da Grécia do séc. V a. C., e não seria tanto o reflexo do pensamento dos persas do séc. VI a. C. (data do golpe na Pérsia, que originou a ascensão de Dario ao trono em 522/521 a. C.), consideramos a posição de *incipit* reservada por Heródoto ao contraste entre tirania e democracia uma evidência de que a questão estava na ordem do dia à época de composição das **Histórias**.

Se passarmos do domínio teórico para o da prática governativa, verificamos que é esse mesmo raciocínio lógico que detetamos por detrás das

operações de charme de vários líderes gregos que marcaram a cena política de diversas cidades, em finais do séc. VI-inícios do V a.C. Estamos a referir-nos a Meândrio de Samos (3. 142), Aristágoras de Mileto (5. 37) e Cadmo de Cós (7. 164). Os três indivíduos têm em comum assumirem-se como promotores da ruptura com a governação tirânica que os precedera em favor da democracia, que voluntariamente oferecem aos cidadãos das respectivas *poleis*. No entanto, se analisadas em pormenor as *nuances* de que Heródoto reveste os vários episódios e considerados os contextos mais amplos dos momentos históricos em apreço, verificamos que, nos três casos, as atitudes pró-democráticas dos esperados sucessores dos tiranos Polícrates, Histieu e Cita não passam de estratégias deliberadas de sobrevivência política. Na verdade, o desgaste da imagem do regime, provocado pelas governações dos anteriores tiranos, anunciava dificuldades em manter a paz social. Aliás, um pouco por toda a Iónia, assistiu-se, nesses anos conturbados do início do séc. V a.C. (499-494), à deposição dos tiranos locais. Apoiados pela coroa persa, esses senhores viram a legitimidade da sua governação ferida, não só em resultado do prejuízo que mandatos longos e tendencialmente opressivos sempre acarretam, mas também pela animosidade popular que o colaboracionismo com um invasor não grego facilmente despertava por ocasião das Guerras Medo-Persas e seu prelúdio.

Meândrio e Aristágoras distinguem-se de Cadmo pelas circunstâncias que os faziam, de certo modo, “tiranos interinos”. Quer um quer outro surgiram no plano político em contextos idênticos: de regência do poder em nome do legítimo tirano, ausente em exílio (Histieu, forçado pelo convite irrecusável de Dario para ir viver na corte persa, junto daquele que era o seu verdadeiro senhor – cf. 5. 23-24) ou morto por um adversário (Polícrates, às mãos do nobre persa Oretes – cf. 3. 125). Cadmo, se bem que esteja no papel de legítimo herdeiro do tirano anterior, o pai, tomou a iniciativa de se afastar deliberadamente do progenitor. No entanto, ele é apresentado como mais um falso pró-democrata, frágil disfarce para a sua faceta de tirano inveterado. Segundo Heródoto, na sequência do que poderíamos classificar de hipócrita renúncia à tirania em Cós, Cadmo toma pela força a população de Zancle, *polis* onde pretende exercer um governo absolutista do tipo daquele em que crescera e para o qual fora educado.

Importa notar que, embora eu tenha usado o termo “democracia” para os regimes que nas três *poleis* em apreço sucederam às tiranias, a verdade é que Heródoto não o utiliza em nenhum dos passos em questão. Diria mais:

se não o emprega é porque há uma intenção clara em evitar um nome à época perfeitamente integrado na língua grega,<sup>3</sup> mas de conotação pejorativa.<sup>4</sup> Na verdade, quando se pretendia referir o exercício do governo das massas em tons favoráveis, preferia-se aplicar aquele que, como refere Otanes em 3. 80. 6, “tem o mais belo dos nomes – *isonomia*”.<sup>5</sup> Composto da junção do adjetivo *isos* (“igual”) ao substantivo *nomos* (“parte, lote, lei”), significa “governança partilhada” e não apenas “igualdade perante a lei”. Mais, a “igualdade” do regime tem por princípio basilar o fato de todos os cidadãos terem uma *participação equitativa* na governação, *paridade* que os gregos antigos resumem na expressão “estar/colocar no meio” (*einai/tithenai es meson*) de quem governa os *pragmata* ou o exercício do poder. Que esse seria o principal chavão propagandístico dos apologistas da governação das massas é uma ideia que julgamos ver confirmada pela recorrência da dita expressão em três momentos-chave do discurso herodotiano sobre o regime, a saber: primeiro, no Diálogo dos Persas (quando, a propósito de Otanes, declara que “defendia que a governação fosse entregue aos Persas de forma equitativa”: ἐκέλευε ἔξ μέσον Πέρσησι καταθεῖναι τὰ πρήγματα, 3.80.2); depois na promessa de Meândrio aos Sâmios de dar lugar ao governo popular, ao afirmar: “colocando no meio de vós o poder, anuncio-vos a isonomia” (ἐγὼ δὲ ἔξ μέσον τὴν ἀρχὴν τιθεῖς ἰσονομίην ὑμῖν προαγορεύω, 3. 142. 3); finalmente Cadmo, de quem o historiador diz que foi em nome da justiça que tomou a iniciativa de “colocar no meio dos cidadãos de Cós o poder” (ἔξ μέσον Κώιοισι καταθεῖς τὴν ἀρχὴν, 7. 164. 1).

Não obstante essa virtude tão apregoada da igualdade, a verdade é que, já na Antiguidade, assim como hoje, os indivíduos tinham consciência de que esta, como qualquer outro valor, está sempre condicionada ao uso que dela fazem os homens. Estamos perante a conhecida diferença que sempre se deve ponderar entre teoria e prática. Com estas advertências pretendo introduzir o ponto seguinte da nossa reflexão: saber até que ponto tirania e democracia são retratadas também como regimes de semelhanças (denunciadas pelos antidemocratas).

### 3. Tirania e democracia: dois regimes similares

Uma das pechas comuns à governação de um só e à das massas são os “excessos” (gr. *hybreis*) ou abusos de poder, verificados sempre que o(s) governante(s) ultrapassa(m) as suas competências. No caso dos tiranos, e

como bem sumaria Otanes - numa avaliação que o público das **Histórias** facilmente reconhece materializada nas atuações opressoras e criminosas de figuras como Periandro de Corinto, aconselhado por um par, Trasíbulo de Mileto (5. 92 ζ-η), e os filhos de Pisístrato, déspota de Atenas (5. 55) -, essa má conduta (resultante do mau caráter) traduz-se no desrespeito pelas leis e normas estabelecidas, o que leva à instauração do reino da injustiça ou aplicação discricionária das regras (passíveis de serem infringidas pelas partes favorecidas do sistema, sejam elas o tirano ou determinada facção política dentro de um regime democrático). Assim se compreende a indignação que notamos nas seguintes palavras de Otanes (3. 80. 3):

*Como pode a monarquia ser um regime bem ordenado, se lhe é permitido fazer, sem nenhuma limitação, o que quiser? A verdade é que ela pode deixar fora do seu habitual juízo mesmo o melhor de todos os homens, quando empossado desse poder.*

E não estranhamos, igualmente, que Dario condene os jogos de poder que também se verificavam na governação democrática, como decorre do ataque que se segue (3. 82. 4):

*E quando a vilania se orienta para o interesse comum, o que surge entre os vilões não são rivalidades, mas sim poderosas alianças! A verdade é que os que cometem atos de vilania contra o interesse comum se encobrem mutuamente.*

Em suma, mesmo na democracia, pode haver interesses individuais (de grupos ou *philai* ou mesmo de determinados protagonistas da ação política) que estão acima do interesse comum (*ta koina*, 3. 82. 4). Caso paradigmático, retratado nas **Histórias**, desse democrata interesseiro é a figura do grande estrategista grego da batalha de Salamina, Temístocles. Como vem retratado no Livro VIII, o general ateniense “vendeu-se” por trinta talentos, preço que, no contexto da refrega na zona do cabo Artemísio, custou aos eubeus “comprar” a Temístocles a decisão de convencer os aliados gregos a permanecer no local, defendendo, assim, a sua ilha, Eubeia.<sup>6</sup>

Claro que, como Heródoto não se coíbe de sublinhar a propósito da pujante Atenas imperial do pós-Guerras Medo-Persas, os abusos de poder transvazam as fronteiras da *polis* e passam a dominar as relações externas. Como bem haveria de verbalizar o historiador da Guerra do Peloponeso,

Tucídides (2. 63. 2 e 3. 37. 2), Atenas, sob a governação democrática extremista do último quartel do séc. V a. C., assume-se como verdadeira tirana (*tyrannis*) das *poleis* aliadas, subjugadas aos interesses dessa nova senhora, que lhes impunha tributos, coartando-lhes a liberdade e condicionando a sua soberania. Numa óbvia alusão à história presente, Heródoto, no episódio que relata o primeiro Conselho dos peloponésios para deliberação sobre o ataque a Atenas, proposto por Cleómenes, dá conta pela boca de espartanos, do crescente imperialismo ateniense (5.91α2):

*Senhora de si [Atenas] cresce em poder, conforme já se aperceberam sobretudo os vizinhos, os beócios e os calcidenses, e em breve perceberá mesmo quem não estiver atento.*

Não podemos esquecer que o tipo de relação que se estabelece entre um tirano e os seus súditos é a de senhor e servos, noção desde logo evidente no uso do verbo “servir” (*therapeuo*) no seguinte trecho da fala de Otanes (3. 80. 5):

*Eis, no entanto, o mais absurdo de tudo: se alguém o elogia de forma moderada, zanga-se, porque não é servido com desvelo; se o serve com desvelo, zanga-se com a bajulação.*

O mesmo é dizer que o regime impõe aos que governa um estado de servidão (*douleia*). Tanto assim é que, quando Heródoto narra o episódio da queda definitiva da tirania em Atenas, no ano de 510 a. C., e a sequência de tentativas logradas de Esparta para reconduzir o ex-tirano ao governo de Atenas, na esperança de chamar a rival à Simaquia do Peloponeso, ou seja, ao seu domínio, o historiador afirma que a *polis*, vivendo em “liberdade” (o mesmo é dizer sob um regime democrático), disputaria com Esparta a hegemonia da Hélade. Sob uma tirania, ao invés, estaria reduzida à condição de súdita obediente, como se lê em 3. 91.1:

*Quando os lacedemónios se viram na posse dos oráculos e perceberam que o poderio dos atenienses crescia, mas que estes não estavam dispostos a sujeitar-se aos seus desígnios, e compreendendo que as gentes da Ática, se tivessem um estado livre, conseguiriam equiparar-se a si, mas que, sob o jugo da tirania, seriam débeis e submissos, ponderados cada um destes fatores, os espartanos mandaram chamar do Sigeu, no Helesponto (lugar para onde se tinham refugiado os Pisistrátidas), Hípias, filho de Pisístrato.*

Também os episódios atrás enunciados da oferta da *isonomia* a Samos, Mileto e Cós reforçam essa linha de pensamento, visto que expressamente se diz no texto relativo à abdicação de Meândrio que os cidadãos da respectiva *polis*, com essa mudança de regime, passariam (teoricamente, pelo menos!) a usufruir a *eleutheria*. É esse esforço de “purificação da imagem” de déspota que explica que o Sâmio tenha tomado a decisão de promover uma iniciativa religiosa de forte sentido político (3. 142. 2-3): a construção de um altar dedicado a Zeus Libertador (*Eleutherios*).

Não se pense, porém, do que acabamos de expor, que a liberdade não pode nunca ser uma dádiva de um regime monocrático. O que a *theoria* e a *praxis* política das **Histórias** confirmam é que essa equação é válida, mas apenas quando o senhor único é um “rei” (*basileus*) ou “monarca excelente” (*mounarchos aristos*)<sup>7</sup>. Recordemos que Déjoces (1. 96-101), fundador da monarquia meda, após ter libertado o seu povo da servidão aos assírios, na interpretação do historiador grego, se converteu num *tyrannos*, em vez de ser o *basileus* que a sua gente elegera para trazer um clima de justiça à Média. A monarquia, forma *kalos* do governo autocrático, promove a liberdade, pois é pelas mãos de um homem sábio e excelente que se libertam os indivíduos de uma forma degenerada, i. e., *kakos*, do governo, seja ele, uma oligarquia, uma democracia ou uma tirania. Disso nos dá conta a argumentação de Dario a favor da monarquia, quando esclarece o seu estatuto de regime providencial (3. 82. 3-4):

*Na oligarquia é costume surgirem, entre o grande número de indivíduos que coloca o seu mérito ao serviço do interesse comum, poderosas rivalidades pessoais: de fato cada um deles, movido pelo desejo de liderar e de fazer vencer as suas propostas, leva a que apareçam, entre si e os outros, rivalidades insanáveis, das quais nascem dissensões, das dissensões homicídios e dos homicídios desemboca-se numa monarquia, e, com isto, torna-se evidente o quanto este é o melhor regime. 4. Quando o povo governa, é inevitável o aparecimento da vilania! (...). Este é o tipo de situação que temos, até que alguém, assumindo a liderança do povo, detenha esses indivíduos! Graças a tais atos, ele é admirado pelo povo e é, certamente, por ser admirado que se torna um monarca! E com isto também ele prova que a monarquia é o melhor regime.*

Na verdade, o que o historiador demonstra com a sua *re-presentação* (pois todo discurso histórico é uma forma não de *reproduzir* o passado, mas sim de um *tornar de novo presente*, ou seja, uma *re-presentificação* do passado) dos acontecimentos é o quão simplista seria identificar um governo monocrático com uma forma de servidão política dos cidadãos e, ao invés, considerar que o regime democrático garante sempre, a todos por igual, a liberdade.

#### 4. Conclusões

A maioria das cidades gregas do tempo de Heródoto situava no passado a experiência interna da tirania, vivendo ora sob o regime da democracia, ora sob uma oligarquia. Mais, a história contemporânea da Guerra do Peloponeso serviu para expor como são falaciosos pré-conceitos políticos baseados na correspondência entre democracia e liberdade *versus* tirania e servidão - ainda que nas entrelinhas, o historiador de Halicarnasso soube denunciar a hipocrisia de semelhantes chavões propagandísticos pró-democráticos. Não quis, com a análise acabada de efetuar, sugerir que o nosso autor tenha tomado partido por Atenas ou Esparta (e respectivos regimes políticos), elas que eram as duas cidades que lideravam o conflito que assolava internamente a Hélade na segunda metade do séc. V a. C. Pretendi, sim, evidenciar o imparcialismo e o esforço hermenêutico de um historiador que, com toda a justiça, poderíamos, inspirando-nos no epíteto que lhe deu Cícero no séc. I a. C., denominar de “Pai da Teorização Política”.

Por tudo o que foi dito, considero empobrecedor refletirmos sobre a tradição subjacente ao pensamento político do maior filósofo ainda desse mesmo século, Platão, sem desbravarmos as matrizes que desse tipo de discurso se encontram em Heródoto, assunto que já tive oportunidade de discutir noutra fôrum de reflexão ocorrido neste mesmo centro de produção de conhecimento e debate em língua portuguesa sobre a Antiguidade Clássica, o IFCS (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais) da UFRJ. Refiro-me ao I Colóquio PRAGMA/CECH: *Politeia e Utopia no pensamento antigo* (3 a 6 de Setembro de 2012), cujos trabalhos já se encontram publicados (SOARES, 2013).

## ANEXO

### (Tradução de HERÓDOTO. 3. 80-82)

**80. 1.** Depois que terminou a agitação e que passaram cinco dias, os que se tinham sublevado contra os magos discutiram sobre todas as formas de governação<sup>8</sup> e foram proferidos discursos inacreditáveis (na opinião de alguns gregos), mas a verdade é que foram proferidos. **2.** Otanes defendia que a governação fosse entregue aos persas de forma equitativa,<sup>9</sup> argumentando o seguinte: “Sou do parecer que não mais um de nós se torne monarca! De fato essa situação não é agradável, nem boa. Bem vistes não só a que ponto chegou a insolência de Cambises, como também ficastes a conhecer a do mago. **3.** Como pode a monarquia ser um regime<sup>10</sup> bem ordenado, se lhe é permitido fazer, sem nenhuma limitação, o que quiser? A verdade é que ela pode deixar fora do seu habitual juízo mesmo o melhor de todos os homens, quando empossado desse poder. Pois, ao passo que a insolência lhe nasce dos bens que possui, a inveja, por seu turno, é, desde sempre, inata ao gênero humano. **4.** Como possui estes dois predicados, possui a vilania completa: comete muitos atos celerados, uns a fim de saciar a insolência, outros a inveja. No entanto o homem que é tirano não devia ser invejoso, uma vez que possui todos os bens! Torna-se, no entanto, no inverso disso mesmo, no relacionamento com os cidadãos: inveja os melhores (porque lhe são superiores e estão vivos), mas compraz-se com os mais vilões dos cidadãos, e é o melhor a acolher calúnias. **5.** Eis, no entanto, o mais absurdo de tudo: se alguém o elogia de forma moderada, zanga-se, porque não é servido com desvelo; se o serve com desvelo, zanga-se com a bajulação. Vou mas é falar do que mais importa: subverte costumes pátrios, exerce violência contra mulheres e condena à morte sem julgamento. **6.** A multidão, ao invés, quando governa, em primeiro lugar, tem o mais belo dos nomes – *isonomia*, em segundo, não faz nada do que faz o monarca! É por sorteio que exerce as magistraturas, presta contas pelo exercício de cada magistratura, toma todas as decisões em comum. Por isso proponho que nós, depois de renunciarmos a uma monarquia, promovamos o governo<sup>11</sup> da multidão! É que é na maioria que reside o todo.”

**81. 1.** Enquanto Otanes fazia esta proposta, Megabizo defendia que se virassem para uma oligarquia, argumentando o seguinte: “O que Otanes disse sobre abandonar a tirania também eu digo o mesmo; mas, quando exortava a que entregássemos à multidão o poder, desviou-se da melhor

proposta! Efetivamente nada há de mais estúpido e insolente que uma assembleia inútil. **2.** Sem dúvida é absolutamente intolerável que homens que fogem da insolência de um tirano venham a cair na insolência de um povo indisciplinado. Ao menos aquele, se faz alguma coisa, fá-la com conhecimento, já a este não lhe assiste conhecimento algum! Como poderia, pois, ter conhecimento quem não foi ensinado, não sabe o que é belo, nem sabe nada por si próprio e, sem pensar, se atira à governação, semelhante a um rio de torrentes invernosas? **3.** O povo, buscam-no, agora, aqueles que desejam mal aos persas; mas nós, ao invés, escolhido um grupo de homens dos melhores, confiemos-lhe o poder! Realmente, entre esses, também nós estaremos incluídos e, por outro lado, é natural as melhores decisões surgirem dos melhores homens”.

**82. 1.** Enquanto Megabizo fazia esta proposta, o terceiro a expor a sua proposta foi Dario, argumentando: “A mim, o que disse Megabizo a propósito da multidão, parece-me ser uma argumentação correta; já o que disse sobre a oligarquia não é correto. Dos três regimes<sup>12</sup> que temos à nossa disposição, afirmo que – apesar de todos eles serem os melhores (é o melhor o governo do povo, a oligarquia e a monarquia) – este último é de longe superior aos outros. **2.** De fato nada se pode revelar melhor do que um só homem dotado de excelência! Ora bem, é porque se serve desse tipo de qualidades que pode zelar pela multidão de forma irrepreensível e guardar, no maior segredo, as suas decisões dos inimigos. **3.** Na oligarquia é costume surgirem, entre o grande número de indivíduos que coloca o seu mérito ao serviço do interesse comum, poderosas rivalidades pessoais: de fato cada um deles, movido pelo desejo de liderar e de fazer vencer as suas propostas, leva a que apareçam, entre si e os outros, rivalidades insanáveis, das quais nascem dissensões, das dissensões homicídios e dos homicídios desemboca-se numa monarquia, e, com isto, torna-se evidente o quanto este é o melhor regime.<sup>13</sup> **4.** Quando o povo governa, é inevitável o aparecimento da vilania! E quando a vilania se orienta para o interesse comum, o que surge entre os vilões não são rivalidades, mas sim poderosas alianças! A verdade é que os que cometem atos de vilania contra o interesse comum se encobrem mutuamente. Este é o tipo de situação que temos, até que alguém, assumindo a liderança do povo, detenha esses indivíduos! Graças a tais atos, ele é admirado pelo povo e é, certamente, por ser admirado que se torna um monarca! E com isto também ele prova que a monarquia é o melhor regime.<sup>14</sup> **5.** Para resumir tudo o que foi aduzido num único termo:

a liberdade donde nos veio e quem nos a deu? Do povo, da oligarquia ou de um monarca? Sou, por conseguinte, da opinião de que, visto nós termos sido libertados por um único homem, defendamos esse tipo de regime<sup>15</sup> e, além disso, porque temos por bem não dissolver os costumes pátrios! Realmente esta não é a melhor atitude.”

#### **DIALOGUE IN HERODOTUS' HISTORIES BETWEEN THEORY AND POLITICAL PRACTICE. TYRANNY AND DEMOCRACY: CONTRASTS AND SIMILITUDES**

*Abstract: We focus our attention on two major faces of “power” (arche) in Ancient Greece: “freedom” (eleutheria) and “slavery” (douleia). The purpose of this research is to question the position of Herodotus on the subject of the two “forms of political action” (pragmata) generically considered as opposed regimes, i.e. the “one man’s rule” (in Greek, therefore, called monarchy) and the “government of the masses/people” (demokratia). The result of this study will be therefore to show that Herodotus describes several episodes where we are faced with just the reverse situation, that is, that the government of a single man releases and that of the masses overwhelms.*

*Keywords: Herodotus; political theory; political practices; tyranny and democracy; slavery and freedom.*

#### **Documentação textual**

HERÓDOTO. **Histórias**, livro 1º. Introdução geral de M. H. Rocha Pereira; introdução, versão do grego e notas de J. R. Ferreira e M. F. Silva. Lisboa: Edições 70, 1994.

HERÓDOTO. **Histórias**, livro 3º. Introdução, versão do grego e notas M. F. Silva e C. Abranches. Lisboa: Edições 70, 1994.

HERÓDOTO. **Histórias**, livro V. Introdução, versão do grego e notas M. F. Silva e C. Soares. Lisboa: Edições 70, 2007.

HERÓDOTO. **Histórias**, livro 8º. Introdução, versão do grego e notas J. R. Ferreira e C. Soares. Lisboa: Edições 70, 2002.

#### **Referências bibliográficas**

CARTLEDGE, P. **Ancient Greek Political Thought in Practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

CONDILO, Camila da Silva. **Heródoto, as tiranias e o pensamento político nas Histórias**. São Paulo: Annablume, 2010.

DEWALD, C. Form and Content: the Question of Tyranny in Herodotus. *In*: MORGAN, K. **Tyranny: Sovereignty and Discontents in Classical Athens**. Austin: University of Texas Press, 2003, p. 25-58.

DEWALD, C. Appendix T: Tyranny in Herodotus. *In*: STRASSLER, R. B. (Ed.); PURVIS, A. L. (Trad.) **The Landmark Herodotus: The Histories**. London: Pantheon and Anchor Books, 2008, p. 835-837.

EVANS, J. A. S. Notes on the debate of the Persian Grandees in Herodotus 3, 80-82. **Quaderni Urbinati di Cultura Classica**, Pisa, v. 36, p. 79-84, 1981.

FERRILL, A. Herodotus on tyranny. **Historia**, Stuttgart, v. 27, n. 3, p. 385-98, 1978.

FORSDYKE, S. Greek History c. 525-480 BC. *In*: BAKKER, E. J.; JONG, I. J. F. de; WEES, H. van. (Eds.) **Brill's Companion to Herodotus**. Leiden, Boston, Köln: Brill, 2002, p. 521-549.

GAMMIE, J. G., Herodotus on kings and tyrants: objective historiography or conventional portraiture? **Journal of Near Eastern Studies**, Chicago, v. 45, n. 3, p. 171-195, 1986.

LASSERRE, F. Hérodote et Protagoras: le débat sur les constitutions. **Museum Helveticum**, Basel, v. 33, p. 65-84, 1976.

LATEINER, D. Herodotean historiographical patterning: the constitutional debate. **Quaderni di Storia**, Bari, v. 20, p. 257-284, 1984.

MOLES, J. 'Saving' Greece from 'ignominy' and tyranny? The 'famous' and 'wonderful' speech of Socles (5. 92). *In*: IRWIN, E.; GREENWOOD, E. **A Study of the Logoi in Book 5 of Herodotus' Histories**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 245-268.

PARKER, V. Τύραννος. The semantics of a political concept from Archilochus to Aristotle. **Hermes**, Stuttgart, v. 126, n. 2, p. 145-172, 1988.

PELLING, C. Speech and action: Herodotus' Debate on the Constitutions. **Proceedings of the Cambridge Philosophical Society**, Cambridge, v. 48, p. 123-158, 2002.

RAAFLAUB, K. A. Philosophy, Science, Politics: Herodotus and the Intellectual Trends of his Time. *In*: BAKKER, E. J.; JONG, I. J. F. de; WEES, H. van. (Eds.) **Brill's Companion to Herodotus**. Leiden, Boston, Köln: Brill, 2002, p. 150-189.

RHODES, P. J. Democracy and Empire. *In*: SAMONS II, L. J. (Ed.) **The Cambridge Companion to the Age of Pericles**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 24-45.

- ROCHA PEREIRA, M. H. O mais antigo texto europeu de teoria política. **Nova Renascença**, Porto, v. 1, p. 364-370, 1981.
- ROCHA PEREIRA, M. H. O ‘Diálogo dos Persas’ em Heródoto. **Estudos Portugueses**. Homenagem a António José Saraiva. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990, p. 351-362.
- ROMILLY, J. Le classement des constitutions d’ Hérodote à Aristote. **Révue des Études Grecques**, Paris, v. 72, p. 81-99, 1959.
- ROSIVACH, V. J. The Tyrant in Athenian Democracy. **Quaderni Urbinati di Cultura Classica**, Pisa, v. 59, p. 43-57, 1988.
- SEALEY, R. Democratic Theory and Practice. In: SAMONS II, L. J. (Ed.) **The Cambridge Companion to the Age of Pericles**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 238-257.
- SOARES, C. Introdução. In: FERREIRA, J. R.; SOARES, C. **Heródoto**. Histórias 8º. Lisboa: Edições 70, 2002, p. 11-33.
- SOARES, C. O “mundo possível” da *politeia* utópica n’ *O Político* de Platão. **Kleos**. Revista de Filosofia Antiga, Rio de Janeiro, v. 16-17, p. 173-198, jul. 2012/jul. 2013.
- SOUSA, P. A. M. **O debate persa em Heródoto**. Teresina: Ed. UFPI, 2010.
- WATERS, K. H. **Herodotus on Tyrants and Despots: A Study in Objectivity**. Wiesbaden: Franz Steiner, 1971.

---

## Notas

<sup>1</sup> Considerando que nem todos os que ensinam e estudam a História da Grécia Antiga dispõem de competências linguísticas para aceder ao original grego de Heródoto e que as traduções que circulam em português não deram prioridade à visão do historiador moderno sobre a fonte, efetuei uma tradução mais próxima do espírito e da forma do texto grego, que apresento no termo deste artigo (vd. Anexo).

<sup>2</sup> Este assunto já foi por nós detalhadamente analisado nas seguintes ocasiões: Congresso internacional *Pólis/Cosmópolis: identidades globais/identidades locais* (Coimbra, 3 e 4 de Março de 2011), com a comunicação “Regimes políticos nas Histórias de Heródoto. O “Diálogo dos Persas” (3. 80-82)”; *II Congreso Internacional de Filosofía Griega. Sociedade Ibérica de Filosofía Griega* (19-21 de Abril de 2012), Palma de Maiorca (Espanha), com a comunicação “Platón: fuente para una relectura de la teorización política herodotiana”. Outros estudos sobre a ma-

téria: Romilly (1959), Lasserre (1976), Evans (1981), Lateiner (1984), Rocha Pereira (1981 e 1990), Pelling (2002) e Sousa (2010). Sobre a tirania no pensamento herodotiano, ver: Waters (1971), Ferrill (1978), Gammie (1986), Parker (1988), Dewald (2003 e 2008), Moles (2007), Condilo (2010). Sobre a democracia, leia-se: Rosivach (1988), Forsdyke (2002), Rhodes (2007), Sealey (2007).

<sup>3</sup> Nas **Histórias**, *demokratie* e o verbo da mesma raiz são empregados nos seguintes passos: 1. 131. 1 (única vez em que o substantivo é aplicado a Atenas), 6. 43. 3 (além do substantivo usa-se, igualmente, o verbo *demokrateesthai*, referindo-se à atuação do general persa Mardônio, também ele movido pela vontade de colher o favor de uma população cada vez mais avessa aos tiranos) e 4. 137. 2 (só o verbo *demokrateesthai* é utilizado, referindo-se às cidades da Iônia, em particular a Mileto de Histieu e o Quersoneso de Milcíades).

<sup>4</sup> Como reparou Sealey (2007, p. 250-251), o segundo elemento da palavra *demokratia* (derivado de *kratos*) implicava um exercício violento do poder. Quanto ao primeiro nome da composição (*demos*), conforme sugere a sua ausência do discurso do persa Otanes (que prefere empregar as palavras que designam “multidão” e “massas”, respectivamente *plethos* e *polloi*, cf. 3. 80. 6), surge na boca dos detratadores do regime popular e vem, indubitavelmente, associado a um sentido baixo, como clarifica o seu uso acompanhado do adjetivo *akolastos* (“indisciplinado”, cf. 3. 81. 2) e a comparação da sua forma de agir a “um rio de torrentes invernosas” (i.e., a uma força indomável e destruidora, cf. 3. 81. 2) – ambos os passos na fala do oligarca Megabizo – além da associação, por Dario, desse regime à “vilania” (*kakotes*), senão recordemos as palavras desse monárquico: “Quando o povo governa, é inevitável o aparecimento da vilania!” (3.82.4).

<sup>5</sup> De fato, como bem chamou a atenção Cartledge (2009, p. 6), o termo “governo do povo” possuía um sentido negativo visceral, ao passo que *isonomia* cobria o sentido geral de “igualdade política” (idem: p. 6).

<sup>6</sup> Sobre Temístocles, ver Soares (2002, p. 31-33) e bibliografia aí indicada.

<sup>7</sup> “De fato nada se pode revelar melhor do que um só homem dotado de excelência! Ora bem, é porque se serve desse tipo de qualidades que pode zelar pela multidão de forma irrepreensível e guardar, no maior segredo, as suas decisões dos inimigos”.

<sup>8</sup> A forma de plural do substantivo neutro *πρήγματα*, aqui usada, tem um sentido derivado dos valores denotativos ‘feitos, negócios’ (públicos, por oposição a privados), a saber ‘governança’. Cartledge (2009, p. 4) explica este sentido genérico, que, no caso da língua portuguesa, em contextos mais específicos, como é o do texto em análise, pode assumir o sentido mais restrito de ‘forma de governança’ (ou seja, ‘regime, constituição’).

<sup>9</sup> A expressão ‘[entregue] de forma equitativa’ corresponde em grego a *ἐς μέσον* [καταθεῖναι], que significa ao pé da letra ‘colocar no meio’, posicionamento que implica que todos estão a igual distância do referente em causa (que aqui é: *τὰ πρήγματα*).

<sup>10</sup> A palavra grega usada, *χρῆμα*, tem um sentido genérico muito idêntico ao de *πρῆγμα*, pelo que considero legítimo traduzi-la por ‘regime’, uma vez que a ‘coisa, negócio’ a que se refere, já ficou claro acima, é a ‘coisa pública’.

<sup>11</sup> Em grego só temos ‘a multidão’ (*τὸ πλῆθος*). No entanto, no início deste mesmo parágrafo, Heródoto usou uma expressão mais completa: ‘a multidão governando’ (*πλῆθος δὲ ἄρχον*), i. e. o ‘governo da multidão’. Entendo, pois, que aqui estamos perante a mesma ideia, se bem que referida de forma sincopada.

<sup>12</sup> Na expressão *τριῶν γὰρ προκειμένων καὶ πάντων* tem que se subentender o substantivo *πρηγμάτων*.

<sup>13</sup> Uma vez mais o substantivo que se deve subentender é *πρῆγμα*.

<sup>14</sup> Mesma situação da nota anterior.

<sup>15</sup> Situação igual à das duas notas anteriores.